



POLÍTICA OPERÁRIA

PRECISAMOS DE SINDICATOS DE LUTA

Está em andamento um Projeto de Lei que estabelece a chamada contribuição negocial, que também está sendo chamada de contribuição assistencial. Lembremos que no governo Temer foi extinto o imposto sindical. O objetivo foi o de enfraquecer as finanças dos sindicatos. Com a volta de Lula à presidência, as centrais sindicais viram a oportunidade de recuperar a capacidade financeira. Como não é viável voltar ao imposto sindical, porque fez parte da maldita reforma trabalhista, então recorreram à forma da contribuição negocial. O projeto em discussão prevê uma taxa fixada em até 1% do ganho anual do trabalhador. Essa taxa é vinculada aos acordos trabalhistas, ou seja, às Convenções Coletivas e aprovada em assembleias.

Sem dúvida, os sindicatos precisam de dinheiro para o seu funcionamento. Mas não é o dinheiro que faz um sindicato forte. O sindicato forte é aquele capaz de organizar os trabalhadores nos locais de trabalho, recorrer à greve e outras formas de luta para defender os em-

pregos, salários, direitos e a liberdade política de livre manifestação. Somente nesse sentido o dinheiro é necessário. Ocorre que as direções sindicais se tornaram uma casta profissional que vive dos sindicatos e do assistencialismo social para enganar os trabalhadores. Os sindicatos classistas não podem depender de nenhum Lei do Estado burguês para sobreviverem. É preciso elevar a consciência dos trabalhadores sobre a necessidade de se filiar ao sindicato.

O Boletim Nossa Classe chama os operários e demais trabalhadores a lutarem pelos sindicatos independentes, classistas e de luta. Por sindicatos que sejam autofinanciados por meio da sindicalização e campanhas de apoio de todos os explorados. O Boletim Nossa Classe luta para constituir Oposições classistas e revolucionárias para arrancar dos sindicatos as direções burocráticas que vivem correndo atrás dos políticos da burguesia.

Lutar contra as privatizações da Sabesp, Metrô e da CPTM por meio da greve, da ação direta e coletiva

Que o plebiscito sirva para mobilizar a população oprimida e preparar a greve em defesa das empresas públicas!



O Comitê de luta contra a privatização, organizado pelo Sintaema, movimentos sociais e centrais sindicais, aprovaram a realização de um plebiscito e pretendem realizar um dia de paralisação no Estado de São Paulo.

O Partido Operário Revolucionário (POR) participa das plenárias e manifestações. Defende que o método de luta para combater a privatização é o da ação direta, a greve. É que é preciso vincular a luta contra as

privatizações nos estados às privatizações nacionais, como no caso da Petrobras e Eletrobras. Levanta a bandeira de reestatização, sem indenização e sob o controle operário.

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos, movimentos sociais e centrais convoquem assembleias nas fábricas, bairros e demais locais de trabalho e estudo. E que organizem um Dia Nacional Luta, com paralisações e bloqueios. ■

LUTAR POR TRABALHO IGUAL, SALÁRIO IGUAL! EM DEFESA DO TRABALHO DA MULHER

Em julho, Lula sancionou a lei que trata da igualdade salarial entre a mulher e o homem, que realizam o mesmo trabalho. O problema está em que o patrão não irá cumprir. Por isso, a propaganda do governo de que está pela defesa da igualdade entre homens e mulheres não passa de palavreado. A mesma demagogia tem sido repetida pelas direções sindicais, que defendem o governo de Lula. A defesa do salário igual para trabalho igual será conquista por meio da luta.

Com a terceirização, tanto as mulheres, como os homens, passam a trabalhar na mesma fábrica, em um mesmo setor, fazendo a mesma função, recebendo 1/3 dos salários que recebem os trabalhadores efetivos. A terceirização permite aos patrões pagar salários diferenciados, pagar salários menores para mulheres e homens, como também entre homens e mulheres, mulheres e mulheres operárias. A terceirização divide a classe operária. A divisão só interessa aos patrões.

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos convoquem assembleias para unir trabalhadora e trabalhador, com o objetivo de impor ao patrão a igualdade salarial entre mulheres e homens que exercem a mesma função. E para isso desmascarar a terceirização que se vale da diferenciação salarial para lucrar mais.

Alerta, companheiros da Volks!

Precisamos defender nossos empregos, e não de mais um acordo de demissão

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC informou que iniciou negociações com a Volks para discutir uma nova plataforma de produtos, investimentos para a unidade Anchieta, além da renovação do acordo de “manutenção” dos empregos até 2028. Devido ao desenvolvimento tecnológico, a Volks e demais montadoras têm introduzido um número cada vez maior de robôs na linha de produção, demitindo os trabalhadores. As consequências desses acordos têm sido o avanço da terceirização, a quebra de direitos e a redução salarial.

Em 1998, trabalhavam na Volkswagen de São Bernardo do Campo 24 mil trabalhadores efetivos. Atualmente trabalham apenas 8200. Com a mentira da garantia de empregos, em 25 anos a Volks conseguiu eliminar 16 mil postos de trabalho. Em 2020, o sindicato negociou um acordo que permitiu a Volks demitir 5 mil trabalhadores até 2025, reduzir a jornada, com redução de salários, não incorporar o INPC total do período aos salários etc. O burocrata pelego Wagnão, então presidente do sindicato, mentiu dizendo que os trabalhadores teriam garantia de emprego. A verdade logo veio. Em 2021, 2022, 2023, a Volks colocou milhares de trabalhadores de lay-off e quando retornavam ao trabalho, muitos com doença ocupacionais, adquiridas no trabalho, foram demitidos.

O anúncio sobre as novas negociações indica que ocorrerá diminuição de postos de trabalho e aumento da terceirização, que leva à redução salarial. É o que vem ocorrendo com os acordos anteriores. A direção sindical negocia à porta fechada com a multinacional e, depois, em uma assembleia fajuta aprova o acordo antioperário.

A classe operária tem suas próprias respostas aos ataques dos patrões aos empregos, salários e direitos. Ocorre que a direção do sindicato abre mão da luta em favor das negociatas de gabinete.

O Boletim Nossa Classe alerta os companheiros da Volks para não se submeterem mais uma vez a um acordo que somente serve aos interesses da multinacional alemã. Desde já, devemos exigir que o sindicato convoque assembleia para discutir: 1) defesa dos empregos, por meio da redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários; 2) fim da terceirização e imediata efetivação de todos os terceirizados; 3) reposição das perdas salariais e recuperação do valor real dos salários. A assembleia deve desautorizar a direção do sindicato a realizar negociações que sejam opostas à defesa dos três pontos de reivindicações. Deve condenar os acordos de lay-off, banco de horas e PDVs. A assembleia deve preparar a greve para enfrentar os novos ataques da Volks que foram planejados por sua matriz alemã. E a assembleia da Volks deve exigir do sindicato a convocação de uma assembleia geral para organizar a defesa dos empregos, salários e direitos.

Pelo fim da guerra na Ucrânia!

O Boletim Nossa Classe chama os operários e demais trabalhadores a se colocarem pelo fim da guerra e por uma paz sem anexação, sem imposição dos Estados Unidos e das demais potências imperialistas. Somente a classe operária organizada e em luta pode acabar com a guerra de dominação. ■

Campanha do Boletim Nossa Classe pela readmissão dos companheiros da Volks, José Parane e Eduardo Marques

Os metalúrgicos devem apoiar e participar da defesa dos companheiros demitidos por justa causa. Foram demissões de perseguição política. A direção do sindicato é responsável por essa arbitrariedade. Por isso, não se colocou contra as demissões. A campanha do Boletim Nossa Classe com a moção exigindo a readmissão vem conseguindo apoio de vários sindicatos. Nos Congressos da CUT (CECUT), Apeoesp e CSP-Conlutas, os delegados aprovaram a moção.

O Boletim Nossa Classe chama os metalúrgicos da Volks e demais operários a se colocarem pela readmissão dos dois companheiros. ■

Quanto é necessário para manter os trabalhadores e suas famílias?

Um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter nossas famílias: essa é a reivindicação que deve ser defendida na pauta da campanha salarial em todos os setores. A Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEM-CUT) tem data-base em setembro e os metalúrgicos de São Paulo, ligados à Força Sindical, em novembro. A FEM-CUT entregou a pauta exigindo o reajuste da inflação mentirosa do período e uma migalha de aumento real. A Força Sindical vai no mesmo caminho. Desta forma, entra ano e sai ano e nós, trabalhadores, continuamos na miséria.

Os trabalhadores são os únicos que sabem qual é o valor do salário que necessitam para viver. Somos nós que vamos ao mercado e vemos o quanto o preço dos produtos e serviços aumentaram, enquanto nossos salários não aumentaram na mesma proporção. Os patrões dão com uma mão um reajuste miserável de 4 a 6% e retiram com a outra muito mais, aumentando o preço dos alimentos, produtos, serviços e impostos.

Chega de salário de miséria! Aproveamos na pauta da campanha salarial a luta por um salário mínimo vital, calculado pelos próprios trabalhadores, com reajuste automático, de acordo com o aumento real da inflação. Defender os empregos, lutando pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, e a escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente, entre todos os trabalhadores aptos, empregados e desempregados. ■

Leiam e divulguem o Jornal Massas. É um jornal voltado à luta pela emancipação da classe operária e demais oprimidos da exploração capitalista. É um jornal do Partido Operário Revolucionário (POR) que luta pelo fim do capitalismo e pela construção da sociedade sem exploração do homem pelo homem, uma sociedade socialista.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a darem todo apoio ao Jornal Massas.

